

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu artigo 1.º dizia: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em 1789, o artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

As origens dos documentos não nos dizem necessariamente nada de significativo sobre as suas consequências. Importa realmente que o esboço tosco de Jefferson tenha passado por 86 alterações feitas por ele mesmo, pelo Comitê dos Cinco ou pelo Congresso? A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (EUA) não tinha natureza constitucional. Declarava simplesmente intenções, e passaram-se quinze anos antes que os estados finalmente ratificassem uma Bill of Rights, muito diferente, em 1791. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava salvar as liberdades individuais, mas não impediu o surgimento de um governo francês que reprimiu os direitos, e futuras constituições francesas — houve muitas delas — formularam declarações diferentes ou passaram sem nenhuma declaração.

Ainda mais perturbador é que aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente. As pessoas não ficaram surpresas por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensavam da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres. Em anos recentes, essas limitações a “todos os homens” provocaram muitos comentários, e alguns estudiosos até questionaram se as declarações tinham um verdadeiro significado de emancipação.

Os fundadores, os que estruturaram e os que redigiram as declarações, têm sido julgados elitistas, racistas e misóginos

por sua incapacidade de considerar todos verdadeiramente iguais em direitos.

Como é que esses homens, vivendo em sociedades construídas sobre a escravidão, a subordinação e a subserviência aparentemente natural, chegaram a imaginar homens nada parecidos com eles, e, em alguns casos, também mulheres, como iguais? Se pudéssemos compreender como isso veio a acontecer, compreenderíamos melhor o que os direitos humanos significam para nós hoje em dia.

Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos*: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-16 (com adaptações).

A respeito de aspectos linguísticos do texto precedente bem como das ideias nele veiculadas, julgue os próximos itens.

- 1 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente, o que é ainda mais assustador.**
- 2 No texto, a autora põe em xeque o conceito de direitos humanos e demonstra duvidar da sua real aplicabilidade desde seu surgimento no século XVIII, mesmo que tenham sido assegurados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 3 Dada a polissemia do vocábulo **homem**, seria possível interpretar que os direitos previstos no artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abrangeriam um grupo restrito de pessoas.
- 4 É coerente com as ideias do texto concluir que é necessária uma análise crítica acerca do contexto do surgimento das declarações de direitos do século XVIII, quando o conceito de “universal” recebeu interpretação conveniente a um grupo social específico, para uma melhor compreensão sobre a atual concepção de direitos humanos.
- 5 O questionamento feito pela autora no segundo parágrafo constitui um recurso de linguagem utilizado para verificar o entendimento do leitor quanto à argumentação por ela desenvolvida no texto.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pego.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o açoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas, por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfástio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir, também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Machado de Assis. *Pai contra Mãe*. In: Machado de Assis. *Relíquias da casa velha*, 1906 (com adaptações).

Machado de Assis inicia o conto **Pai contra Mãe** — escrito em 1906 e publicado na coletânea **Relíquias da casa velha** —, mencionando “ofícios e aparelhos” da escravidão no Brasil. O conto aborda a história de Cândido Neves, personagem que trabalhava na captura de escravos fugidios. Considerando o fragmento desse conto apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 6 Em “a sobriedade e a honestidade certas” (sexto período do primeiro parágrafo), a substituição de “certas” por **corretas** manteria a coerência das ideias do texto, visto que tais palavras têm o mesmo significado.
- 7 O autor justifica a citação do ferro ao pescoço, do ferro ao pé e da máscara por se associarem a determinado ofício.
- 8 No primeiro período do quarto parágrafo, a forma pronominal “lho” retoma os termos “Quem” e “escravo”.
- 9 A menção aos anúncios sobre escravos fugidios em folhas de jornais públicos tem como objetivo apontar a eficácia do sistema de captura de escravos fugidios no sistema escravagista do Brasil.
- 10 No segundo período do último parágrafo, a forma verbal “mantêm” está flexionada no plural porque estabelece concordância com os termos “lei” e “propriedade”.

No que se refere à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 11 Em ofício dirigido pelo ministro presidente do STJ ao ministro presidente do STF, deve-se empregar, no endereçamento, A Sua Excelência o Senhor, e, como vocativo, Senhor Ministro, por tratar-se de autoridades de mesma hierarquia.
- 12 A linguagem empregada nos documentos oficiais deve caracterizar-se pela precisão, atributo que inclui a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto.

A respeito dos princípios fundamentais constitucionalmente estabelecidos e dos partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 13 Conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos submetem-se ao dever de prestar contas à justiça eleitoral e aos tribunais de contas.
- 14 Devido ao princípio da dignidade da pessoa humana, nem toda pessoa que seja presa deverá ser algemada no ato da prisão, ainda que esta se dê em flagrante delito.

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa dos estados-membros e a disposições gerais da CF acerca da administração pública.

- 15 Embora não se submetam ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, os empregados públicos ingressam no serviço público, em entidades da administração pública indireta, necessariamente mediante concurso.
- 16 Os estados-membros podem instituir aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar, mas não regiões metropolitanas, já que a criação destas últimas depende de decisão de cada município.

No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

- 17 Caso tanto um juiz do trabalho de um tribunal regional do trabalho quanto um juiz de direito de um tribunal de justiça estadual se considerem competentes para julgar determinada ação relativa a direitos de trabalhadores, competirá originariamente ao STJ julgar o conflito de competência estabelecido entre os juízes.

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, julgue os itens a seguir.

- 18 No caso de cessão de servidor público participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição aos planos de benefícios, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.
- 19 A remuneração e as vantagens de qualquer natureza dos membros das diretorias executivas das entidades fechadas de previdência complementar não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.
- 20 A decisão do servidor de optar pela migração para o regime de previdência complementar é irrevogável e irretroatável.
- 21 É vedada a criação de fundação de previdência complementar que contemple os servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A respeito de administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

22 Consórcio público pode ser constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado ou de direito público.

Acerca do exercício da função pública pelos agentes públicos e de princípios e procedimentos relativos à licitação pública, julgue os itens seguintes.

23 Para o desempenho de funções de natureza permanente, correspondentes às atribuições de chefia, direção e assessoramento, não se exige que o agente público que as exercerá tenha sido admitido no serviço público mediante concurso público.

24 Com base no princípio da isonomia e da economicidade, a administração pública pode, nas compras, dar preferência para bens manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, ainda que a capacidade de produção desses bens seja inferior à quantidade que se pretenda adquirir, desde que esteja previsto no edital que a compra da quantidade complementar de bens será feita por outro fornecedor.

À luz da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e da Resolução do STJ n.º 5/2023, julgue o próximo item.

25 Para o cumprimento da LGPD, que define encarregado como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados, o diretor-geral da Secretaria do STJ é o encarregado pelo tratamento de dados pessoais nesse tribunal superior.

Acerca do processo administrativo federal, Lei n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

26 Quando a lei exigir motivação para o ato administrativo, esta deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

Considerando o Decreto n.º 678/1992, que promulga a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens a seguir.

27 A Corte Interamericana de Direitos Humanos não exerce função de controle preventivo de convencionalidade.

28 A fim de garantir o direito à integridade pessoal e o direito à vida, o referido decreto prevê a readaptação social dos condenados como uma das finalidades essenciais da pena privativa de liberdade e veda aos Estados que aboliram a pena de morte o seu restabelecimento.

No que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009), do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e da Resolução n.º 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.

29 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê que os Estados-partes têm a obrigação de prover adaptação razoável para que as pessoas com deficiência privadas de sua liberdade façam jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e recebam tratamento em conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos na citada convenção.

30 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil com *status* normativo equivalente ao de emenda constitucional.

31 Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as instituições privadas de ensino têm o dever de implementar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo-lhes permitida a cobrança de valores adicionais para o cumprimento desse dever.

Considerando o Código de Conduta do STJ, julgue os itens a seguir.

32 A participação de servidores do STJ, em nome desse órgão, em concurso ou processo seletivo destinado à premiação de qualquer natureza não está condicionada à autorização prévia desse tribunal superior.

33 Compete à Ouvidoria submeter às autoridades competentes do STJ sugestões de aprimoramento do Código de Conduta do STJ.

34 A redução da subjetividade nas interpretações de normas jurídicas é prevista como parte de um dos objetivos do Código de Conduta do STJ.

35 Para realizar cópias de processos ou documentos pertencentes ao STJ, o servidor depende de prévia autorização da autoridade competente, ainda que as cópias sejam necessárias ao exercício das atribuições ordinárias do próprio servidor.

De acordo com o Regimento Interno do STJ, julgue os itens subsecutivos.

36 Os secretários das seções e das turmas do STJ são designados pelo presidente de cada um desses órgãos julgadores.

37 O Conselho da Justiça Federal (CJF) funciona junto ao STJ e tem a atribuição de realizar a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus.

38 O julgamento de todos os processos no STJ, à exceção apenas de *habeas corpus* e dos recursos em sede de *habeas corpus*, depende da sua inclusão prévia em pauta de julgamento.

39 A aprovação dos critérios para progressões e ascensões funcionais dos servidores da Secretaria do STJ é atribuição do Conselho de Administração.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

- 40** A conduta de servidor de negar publicidade a atos oficiais configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 41** O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública só é passível de sanção se tiver gerado lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- 42** As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se aos atos de improbidade cometidos contra o patrimônio de entidades privadas que gozam de benefício fiscal concedido por ente público ou governamental.
- 43** A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, concorram culposamente para a prática de ato de improbidade.

Acerca da Agenda 2030 da ONU e do programa Transformação, instituído pela Resolução n.º 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o item seguinte.

- 44** Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, bem como as respectivas metas associadas, expressam o propósito de redução das diversas formas de degradação ambiental, por meio da gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, em benefício das gerações presentes e futuras.

A respeito da Política de Sustentabilidade do STJ, conforme a Instrução Normativa n.º 4/2024 do STJ/GDG, e da Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, consoante a Resolução n.º 400/2021 do CNJ, julgue os itens a seguir.

- 45** Promover ações para estimular o consumo consciente e propor ações para revisão e restrição do uso de itens materiais plásticos à base de polímeros originados de petróleo são exemplos de diretrizes do consumo sustentável no âmbito do STJ.
- 46** O conceito de sustentabilidade adotado na Política de Sustentabilidade do STJ circunscreve-se aos pilares social, ambiental e econômico.

Julgue os itens a seguir, em relação aos aplicativos MS Teams, OneDrive e MS SharePoint.

- 47** O MS SharePoint permite fazer alterações em um documento que está sendo editado de forma colaborativa, mantendo-se as versões anteriores do mesmo documento, as quais podem ser encontradas por meio de opção disponibilizada na guia Arquivos.
- 48** Quando gravadas, as reuniões realizadas pelo MS Teams são disponibilizadas via *chat* da reunião e ficam armazenadas no OneDrive do organizador da reunião.

A respeito da ciência de dados, julgue os próximos itens.

- 49** No PowerBI, ao utilizar o modo de exibição de Edição, qualquer usuário pode fazer modificações em um relatório compartilhado.
- 50** A opção Analisar no Excel do PowerBI permite que se analise um modelo semântico usando tabelas e gráficos dinâmicos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Em relação ao Diário da Justiça Eletrônico (DJe), julgue os itens a seguir.

- 51 O Diário de Justiça Eletrônico Nacional, disponível no *site* do Conselho Nacional de Justiça, substitui os diários de justiça eletrônicos mantidos pelos órgãos do Poder Judiciário.
- 52 O DJe do STJ é um instrumento de publicação de atos judiciais, administrativos e de comunicação em geral.

A respeito dos aspectos éticos e profissionais da gestão da informação, julgue os itens subsequentes.

- 53 Os preceitos do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Acesso à Informação vigentes respaldam o bibliotecário na gestão neutra da informação, eximindo-o de responsabilidade pelas informações fornecidas aos usuários.
- 54 O bibliotecário deve repudiar todas as formas de censura e ingerência política, apoiar a oferta de serviços públicos e gratuitos, bem como promover e incentivar o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação.

Em uma escola, o mais forte e cruel dentre os funcionários foi incumbido de ser o anjo da guarda da biblioteca. Ele provou ser um guardião muito zeloso. Era tarde da noite, quando um aluno aplicado teve a coragem de abordá-lo para pedir um livro para uma ‘leitura extra’. Ele estava morto de cansado depois de seis horas de aulas.

“Que é que você quer?”, trovejou [o funcionário], quase chamuscando o garoto com seus olhos vermelhos.

“O livro **Peeps at many lands: Japan**, senhor”, gaguejou o menino.

“Quanto você tirou no último trimestre?”

“Qua... quarenta e dois de cinquenta, senhor.”

“Vá embora e consiga os oito pontos restantes antes de pensar em ‘leitura extra’”, foi a enfática recomendação acompanhada do punho direito [do funcionário], que o pousou, com uma força de doer, na testa do garoto, trêmulo, que fugiu para nunca, nunca mais voltar à biblioteca.

Maria das Graças Targino. **Ranganathan continua em cena**. 2010. Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto precedente, julgue os itens a seguir, relativos às cinco leis da biblioteconomia e ao atendimento ao usuário.

- 55 O serviço de referência em bibliotecas passou a ter foco no usuário apenas quando este começou a ter papel ativo, o que obrigou os profissionais a mudarem sua forma de atuação, passando de guardiões da informação a fornecedores ativos de informação.
- 56 No século XIX, com as leis propostas por Ranganathan, as bibliotecas começaram a ser reconhecidas como um local que disponibiliza e incentiva a leitura e o acesso à informação, ao mesmo tempo em que preserva a memória.
- 57 De acordo com a segunda lei da biblioteconomia de Ranganathan, deve-se tratar todos os usuários como iguais e oferecer a cada um o seu livro, obedecendo-se ao princípio da igualdade de oportunidades em relação aos livros, ao ensino e ao entretenimento.
- 58 Segundo Ranganathan, o bibliotecário que acredita na lei de que os livros existem para serem usados vive um dilema entre a preservação dos livros para a posteridade e a necessidade de liberá-los para a leitura de usuários interessados.

- 59 A avaliação dos serviços de referência virtuais deve ser feita desde o nível da alta administração até o nível do serviço, considerando-se ambos os níveis em termos de processo de comunicação e qualidade das respostas.

- 60 Uma interação fluida entre os usuários e os bibliotecários é a base para o bom funcionamento de qualquer tecnologia de serviço de referência virtual.

Acerca da disseminação seletiva da informação (DSI), julgue os itens a seguir.

- 61 A primeira geração do serviço de disseminação seletiva da informação baseava-se em recursos informacionais manuais elaborados por bibliotecários, de maneira que os pacotes informacionais entregues aos usuários permitiam baixa padronização e exigiam pouca experiência dos bibliotecários na seleção de documentos, por existir o perfil do usuário.

- 62 A necessidade de informação é um dos fatores centrais para a criação de um serviço de disseminação seletiva da informação, assim como a mediação da informação é preponderante para a prestação desse serviço.

- 63 Um dos princípios que norteiam o serviço de disseminação seletiva da informação é a relação demanda-necessidade.

- 64 Para a prestação do serviço de disseminação seletiva da informação, a identificação do perfil de usuário deve, necessariamente, ser explícita.

Acerca de catalogação e controle bibliográfico, julgue os itens a seguir.

- 65 Conforme sua definição mais atualizada no campo da biblioteconomia, a catalogação é entendida como uma técnica de elaboração de catálogos com riqueza de detalhes para a representação descritiva de recursos informacionais.

- 66 O sistema OCLC (*online computer library center*) é um exemplo de catalogação cooperativa em que várias bibliotecas adotam a mesma norma.

- 67 RDA (*resource description and access*) é uma forma inovadora de catalogação que substituiu o AACR2 (código de catalogação anglo-americano).

- 68 Os princípios internacionais de catalogação declarados pela IFLA (*International Federation of Library Association and Institutions*) incluem o interesse do usuário, configurando-se como usuário, nesse caso, qualquer indivíduo que faça buscas no catálogo e utilize os dados bibliográficos e(ou) de autoridades.

- 69 MARC21 é um conjunto de códigos e designações de conteúdos definido para codificar registros que serão interpretados por máquinas, e a sua principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados.

Julgue os próximos itens, relativos aos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR, na sigla em inglês) e ao VIAF (*Virtual International Authority File*).

- 70** O VIAF pode ser utilizado como uma fonte confiável de arquivos de autoridade para as instituições bibliotecárias e também para as comunidades da Web.
- 71** Apesar da adesão da Fundação Biblioteca Nacional ao VIAF, os dados de autoridade do Brasil ainda não estão disponíveis para consulta na Internet.
- 72** Os FRBR são um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento que fornece uma visão geral do universo bibliográfico, sendo independentes de qualquer código de catalogação e implementação.
- 73** São entidades dos FRBR a obra, a expressão, a manifestação, o recurso, a pessoa física, a entidade coletiva, o conceito, o objeto, o evento e o lugar.
- 74** Os FRBR influenciaram a revisão dos princípios internacionais de catalogação e embasaram a criação do novo padrão RDA, em que são priorizadas as tarefas realizadas pelos usuários.
- 75** VIAF é um consórcio de cooperação internacional entre agências e bibliotecas nacionais em diversas localidades do mundo e tem foco na agregação de vocabulários de valor e na disponibilização de arquivos de autoridade publicados em *linked open data*.

A respeito da política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, julgue os próximos itens, com base na Instrução Normativa STJ/GP n.º 4/2017.

- 76** A indicação de obras para compor o acervo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva observará o método *Conspectus*, técnica criada pela Library of Congress que visa ao enquadramento das obras em níveis de profundidade, de acordo com as necessidades de informação do público-alvo.
- 77** As sugestões dos usuários são uma das fontes de seleção de obras para compor o acervo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.
- 78** Além dos títulos editados pelo STJ, são imediatamente incorporados ao acervo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva os títulos de autoria dos ministros ou por eles apresentados, coordenados, editados, organizados ou prefaciados.

No que se refere a organização e administração de bibliotecas, julgue os itens a seguir.

- 79** Denomina-se referência o principal produto que uma biblioteca oferece aos seus usuários para propiciar a interação biblioteca-usuário, que é muito importante para o atendimento de uma necessidade informacional.
- 80** A política de desenvolvimento de coleções, embora importante na constituição do acervo de uma biblioteca, exerce pouca influência no planejamento geral da biblioteca.
- 81** Bibliotecas são instituições cujas finalidades incluem suprir necessidades de informação de pessoas e organizações.
- 82** A classificação é uma etapa comumente executada no processamento técnico, que, por sua vez, faz parte da estrutura clássica de uma biblioteca.

Acerca de identificadores persistentes, julgue os itens que se seguem.

- 83** O Persistent Uniform Resource Locator (PURL) é um serviço desenvolvido pela Online Computer Library Center (OCLC) com código-fonte distribuído mediante pagamento.
- 84** O identificador persistente permite que um objeto digital seja identificado de maneira única desde que ele e os objetos digitais que se deseja identificar estejam em um mesmo domínio de Internet.
- 85** O Digital Object Identifier (DOI) é considerado um identificador persistente.
- 86** Handles são identificadores persistentes e exclusivos para recursos digitais.
- 87** Diferentemente da Uniform Resource Name (URN), a Uniform Resource Locator (URL) é um identificador volátil.

Julgue os próximos itens, relativos à automação de bibliotecas e bases de dados jurídicas.

- 88** Na automação de uma biblioteca, o requisito técnico sobre controlar tipos de usuários faz parte do processo de busca e recuperação da informação na concepção do sistema.
- 89** A Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), além de conter atos administrativos e doutrinários do Superior Tribunal de Justiça funciona como o repositório institucional de documentos produzidos por todos os tribunais superiores.
- 90** De maneira geral, bases de dados podem ser de dois tipos: referenciais ou textuais, sendo a principal diferença entre eles o fato de as do tipo textuais permitirem consulta e acesso ao texto completo do objeto.
- 91** Os catálogos coletivos *online* são resultado do processo de automação em bibliotecas, que culminou na maior exposição dos conteúdos informacionais.
- 92** O LEXML é uma base de dados jurídicas do tipo referencial, cujo funcionamento baseia-se no protocolo OAI PMH.

No que se refere ao consórcio BDJur, que é uma rede de bibliotecas do Poder Judiciário, julgue os próximos itens.

- 93** Entre as instituições participantes do consórcio BDJur, encontram-se o Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal Militar.
- 94** A BDJur utiliza o DataVerse, *software* livre amplamente utilizado para gestão de repositórios digitais.
- 95** Na BDJur, itens restritos são acessados somente por ministros, magistrados convocados e servidores do STJ, mediante *login* de acesso.

Acerca da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI), julgue os itens que se seguem.

- 96** Políticas de aquisição conjunta evitam a duplicidade na aquisição de livros e reduzem os custos em uma rede cooperativa de bibliotecas como a RVBI.
- 97** Empréstimo entre bibliotecas é a colaboração entre duas ou mais bibliotecas que planejam ações formais ou informais com o objetivo de otimizar tanto recursos quanto produtos e serviços informacionais, como ocorre na RVBI.
- 98** A RVBI é coordenada pela biblioteca da Câmara dos Deputados e agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de bibliotecas da administração federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
- 99** Entre as vantagens de uma rede de cooperação de bibliotecas como a RVBI, estão o compartilhamento de tratamento técnico, a celeridade na recuperação da informação, a racionalização do trabalho e a otimização de produtos e serviços.

Em relação à rede de informação legislativa-jurídica LexML Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 100** No portal LexML, o denominado texto compilado da norma original deriva da vinculação por assunto, que é um dos elementos que permitem caracterizar o conjunto de normas como um sistema coeso, já que tal vinculação é facilmente registrada em banco de dados.
- 101** No portal LexML, um identificador unívoco e persistente, chamado URN, é atribuído a todos os documentos legislativos e jurídicos, possibilitando que eles sejam referenciados sem o risco de que o endereço seja alterado no futuro.
- 102** A rede LexML funciona como depositária do patrimônio bibliográfico e documental, sendo responsável pela execução da política governamental de captação, preservação e difusão da produção intelectual brasileira na área do direito.
- 103** A rede LexML constitui um portal especializado em informação jurídica e legislativa fruto de uma iniciativa conjunta de diversos órgãos participantes do Grupo de Trabalho LexML, liderado pelo Supremo Tribunal Federal.

A respeito do portal <normas.leg.br>, julgue os próximos itens.

- 104** No referido portal, toda referência a uma norma deverá ser feita no formato a seguir, sendo a variável URN_DE_IDENTIFICACAO_DA_NORMA substituída pela URN específica de cada norma.

`https://normas.leg.br/?urn=URN_DE_IDENTIFICACAO_DA_NORMA`

- 105** Mensagens de veto parcial e decisões de controle concentrado de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal estão entre as informações disponíveis no portal.
- 106** O portal apresenta compilação sem estrutura definida, o que permite ao usuário consultar qualquer versão de uma norma na linha do tempo.

Acerca de conceitos relativos a bibliotecas digitais e de sua implementação, julgue os itens a seguir.

- 107** A infraestrutura tecnológica básica de uma biblioteca digital envolve servidor, *software* de aplicação e compilador JavaScript.
- 108** A *web* semântica é um fator que dificulta a disseminação de recursos informacionais digitais.
- 109** O uso de padrões de interoperabilidade é um requisito desejável para um *software* de biblioteca digital.
- 110** O Dublin Core é um padrão de metadados que pode ser implementado na biblioteca digital.

Acerca de sistemas de descoberta e metabuscadores, julgue os próximos itens.

- 111** A comunicação de arquivos abertos constitui o principal objetivo da existência de serviços de mecanismos de busca.
- 112** O metabuscador, também conhecido como metamecanismo de busca, caracteriza-se pela capacidade de realizar uma pesquisa simultaneamente em vários mecanismos de busca.
- 113** Na estratégia de busca denominada frações sucessivas, o emprego dos termos E e NÃO visa diminuir um conjunto grande de resultados mediante a seleção a que esse conjunto é submetido.

No que diz respeito à curadoria digital e à mediação da informação, julgue os itens a seguir.

- 114** A curadoria digital pode ser corretamente definida como o processo que compreende a seleção, a preservação, a manutenção, a coleção e o arquivamento de ativos digitais.
- 115** Na mediação custodial, também denominada mediação passiva, o foco centra-se na necessidade dos sujeitos, e não no sistema de informação.

A respeito da adoção de inteligência artificial (IA) em bibliotecas, julgue os itens seguintes.

- 116** Apesar de ter importante impacto nos serviços de informações aos usuários, a adoção da IA em bibliotecas não interfere em atividades técnicas como catalogação e classificação.
- 117** As bibliotecas podem apoiar a pesquisa e o desenvolvimento éticos de IA por meio de suas escolhas de aquisição, priorizando a compra de tecnologias de IA que obedeçam a padrões éticos de privacidade e inclusão.

A respeito do portal Publicações Institucionais do STJ, julgue os itens a seguir.

- 118** As publicações disponibilizadas no portal Publicações Institucionais serão objeto de depósito nas coleções da comunidade Repositório Institucional da BDJur.
- 119** O portal Publicações Institucionais é um autosserviço de consulta que reúne, em um único local na Internet, as principais publicações seriadas, comemorativas, de valor histórico ou atualizáveis editadas pelo STJ.
- 120** É exigido pagamento de mensalidade para o acesso às publicações do referido portal.